



INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

07/ JUNHO / 2021

GOVERNO DE SP ABRE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS DE ICMS E IPVA

Será possível parcelar em até 60 meses débitos de ICMS, com desconto de até 40% em juros e multas

[Leia mais ...](#)

ESTADOS E CAPITAIS LANÇAM “REFIS” PARA ENGORDAR RECEITA

Pensados para aliviar contribuintes e obter receita extra, programas dão até 100% de desconto em juro e multa

[Leia mais ...](#)

MAIORIA NO STF É FAVORÁVEL À COBRANÇA DE IR NA LIQUIDAÇÃO DE SWAP PARA HEDGE

Para o ministro Alexandre de Moraes, a contratação não gera vantagem pecuniária passível de tributação

[Leia mais ...](#)

STF JULGA DOIS PROCESSOS BILIONÁRIOS ESTA SEMANA

As pessoas físicas já têm ao menos um voto favorável no caso das heranças e trêsna “revisão da vida toda”

[Leia mais ...](#)

NA PONTA DO LÁPIS

ALEXANDRE CASSA AUMENTO DE PERCENTUAL DE RECEITA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, cassou decisão administrativa do presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ-SC) que estabeleceu o percentual mínimo de 2,75% da receita corrente líquida do município de Criciúma para o pagamento de precatórios relativos a 2018, reconhecendo-se o direito à fixação, para o período, de percentual na média de comprometimento de 2012 a 2014 (1,3371%).

[Leia mais ...](#)

STJ PODE OBRIGAR DEVEDORES A CORRIGIR DEPÓSITOS JUDICIAIS DE AÇÕES DE COBRANÇA

Se o posicionamento da ministra Nancy Andrighi passar a prevalecer, deixará mais cara a conta de devedores

[Leia mais ...](#)

impenhorabilidade | Contas bancárias

STJ AFASTA PENHORA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE ATÉ 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS

A 1ª turma do STJ afastou a penhora de até 40 salários-mínimos em qualquer tipo de conta bancária.

[Leia mais ...](#)

VALOR EXCEDENTE

STJ NÃO PERMITE TROCA DE DEPÓSITO JUDICIAL EM DINHEIRO POR SEGURO-GARANTIA

A Turma entendeu que havia o trânsito em julgado e, por ser valor remanescente, a troca não poderia ocorrer

[Leia mais ...](#)

STJ PODE RESSUSCITAR AÇÕES JUDICIAIS DE POUPADORES CONTRA PLANOS ECONÔMICOS CORTE ESPECIAL ANALISA QUESTÃO PROCESSUAL CAPAZ DE REABRIR PRAZOS JÁ PRESCRITOS

Por Joice Bacelo, Valor — Rio

[Leia mais ...](#)

2ª TURMA

STJ: NOMES DOS EMPREGADOS DEVEM CONSTAR EM AUTO DE INFRAÇÃO ENVOLVENDO FGTS

FLÁVIA MAIA

A relatora Assusete Magalhães entendeu que o TRF5 focou apenas na CDA e não olhou para o auto de infração

[Leia mais ...](#)

STJ PARALISA PROCESSOS DE DISTRIBUIDORAS E VAREJISTAS SOBRE CRÉDITOS DE PIS/COFINS

Corte julgará em recurso repetitivo direito de empresas no regime monofásico
Por Joice Bacelo — Do Rio

[Leia mais ...](#)

BANCO NÃO PODE SER RESPONSABILIZADO POR CHEQUE SEM FUNDOS EMITIDO POR SEU CLIENTE, REAFIRMA TERCEIRA TURMA

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou jurisprudência no sentido de que as instituições bancárias não são responsáveis por cheques sem fundos emitidos por seus correntistas, salvo se houver defeito na prestação dos serviços bancários. Para o colegiado, a relação entre o credor do cheque e o banco não se equipara à relação de consumo.

[Leia mais ...](#)

DISPUTA EMPRESARIAL

TRIBUNAL ESTADUAL NÃO PODE ANULAR REGISTRO DE MARCA RECONHECIDO PELA JUSTIÇA FEDERAL

Por Danilo Vital

Dona do registro da marca reconhecida pelo Judiciário, a empresa Bristol Administração de Hotéis e Condomínios tem a exclusividade de exploração da mesma. Essa condição foi reconhecida pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que deu provimento a um recurso especial ajuizado pela empresa.

[Leia mais ...](#)

DESPESA ESSENCIAL

CARF: ARMAZENAMENTO DE PRODUTO ACABADO GERA CRÉDITOS DE PIS/COFINS

Por voto de qualidade, armazenamento foi considerado insumo para empresa manter as etapas produtivas

[Leia mais ...](#)

PACTO FEDERATIVO

EMPRESA PODE EXCLUIR ICMS DIFERIDO DO CÁLCULO DO IRPJ E CSLL, DIZ JUÍZA

Por Rafa Santos

A legislação é clara ao definir as bases de cálculo e, independentemente das exceções previstas em cada legislação, o certo é que os valores que não se enquadrarem nos conceitos de "renda ou proventos tributáveis" ou "lucro" não devem sofrer a incidência da tributação.

[Leia mais ...](#)

ESPERE A LEI

COBRANÇA DO DIFAL-ICMS SÓ DEVE SER FEITA APÓS CRIAÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR

A cobrança do Diferencial de Alíquotas de ICMS não está garantida pela mera previsão constitucional, sendo necessária autorização de lei complementar, pois por meio dessa que serão fixadas as diretrizes gerais sobre a base de cálculo, fatos geradores e contribuintes.

[Leia mais ...](#)

A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR

EMPRESA DE FORA PODE APROVEITAR CRÉDITOS DE ICMS NA ZONA FRANCA DE MANAUS

O aproveitamento de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por uma empresa na Zona Franca de Manaus é legal, já que as remessas de mercadorias para empresas localizadas na área são imunes à tributação.

[Leia mais ...](#)

"JUSTA CAUSA DO EMPREGADOR"

CRISE DA COVID-19 FAZ JUDICIÁRIO REVER ENTENDIMENTO SOBRE RESCISÃO INDIRETA

Por José Higídio

[Leia mais ...](#)

RISCOS DIFERENTES

NÃO É DEVIDO ADICIONAL DE RISCO PORTUÁRIO À AJUDANTE DE TERMINAL PRIVADO, DECIDE TST

Pagar adicional de risco aos trabalhadores que operam terminais portuários privativos não segue o princípio da isonomia, pois não desempenham a mesma função de portuários que trabalham em portos públicos. Esse foi o entendimento da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao indeferir o pagamento do adicional de risco portuário a um ajudante de operações do terminal da Vale S.A. no Porto de Vitória (ES).

[Leia mais ...](#)

NEGANDO AS APARÊNCIAS

MANTIDA ANULAÇÃO DE MULTAS APLICADAS A MOTORISTA QUE TEVE O CARRO CLONADO

Motorista cujo veículo teve placa clonada e comprovou que as multas aplicadas não correspondiam a seu carro tem direito de ter as infrações anuladas, conforme decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

[Leia mais ...](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).